

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Uruará**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

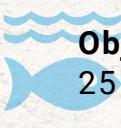
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Urucará x RI Xingu x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Urucará x RI Xingu x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Urucará x RI Xingu x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Urucará x RI Xingu x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Urucará x RI Xingu x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de Urucará (PA).



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza em Urucu e na Região de Integração (RI) Xingu manteve-se relativamente estável, com oscilações moderadas em torno dos 52%. O estado do Pará, por sua vez, apresentou taxas mais baixas nesse mesmo período, girando em torno dos 41% a 42%. Essa diferença sugere um cenário socioeconômico mais crítico no município e na sua região imediata em comparação com a média estadual (Gráfico 1).

O ano de 2022 marcou um pico acentuado na taxa de pobreza em todos os níveis, com destaque para Urucu (aproximadamente 60%) e RI Xingu (acima dos 62%), enquanto o Pará chegou a cerca de 59%. Esse aumento generalizado pode estar relacionado a efeitos pós-pandemia, redução de auxílios emergenciais ou retração econômica, afetando desproporcionalmente os territórios mais vulneráveis e com menor dinamismo econômico (Gráfico 1).

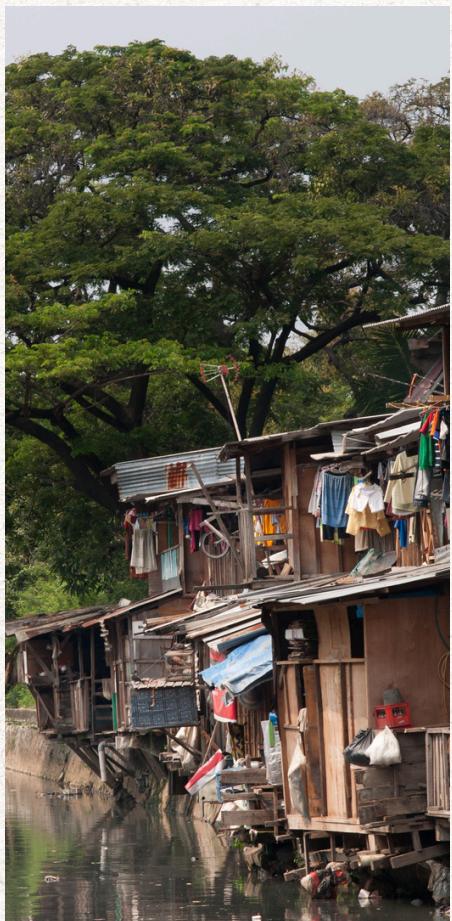
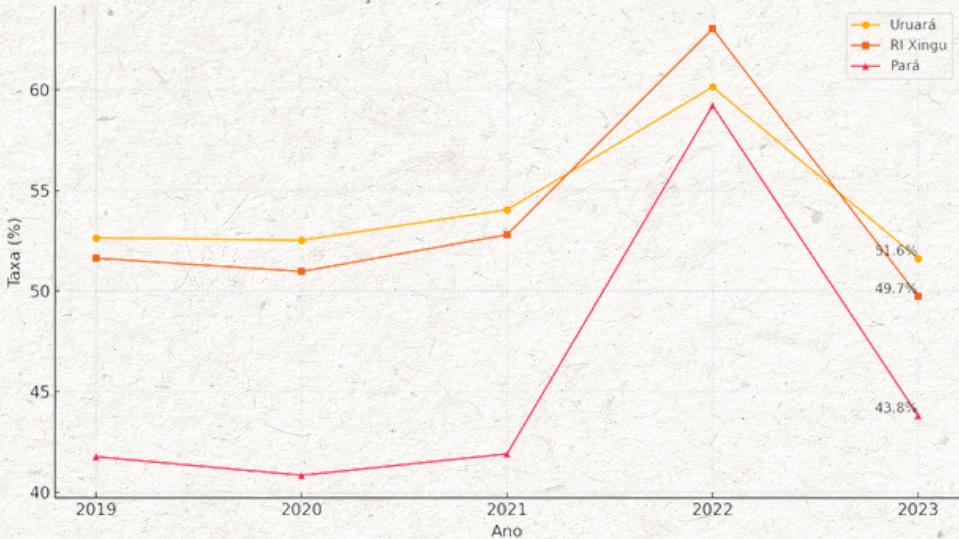




Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Urucará apresentou, ao longo da série histórica, os maiores percentuais de destinação de recursos para serviços essenciais entre os três níveis analisados. Partindo de 70,8% em 2019, o município ampliou significativamente esse esforço em 2021 (78,1%), mantendo níveis elevados até 2023 (74,4%). Tal comportamento sinaliza um compromisso contínuo com a manutenção e melhoria de serviços básicos como saúde, educação e saneamento (Gráfico 2).

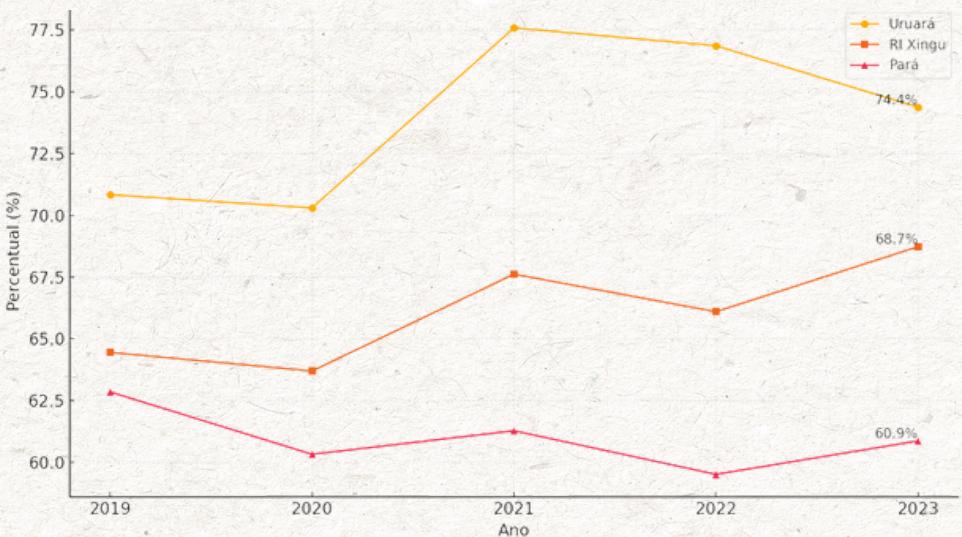
A RI Xingu seguiu uma tendência similar, mas com percentuais inferiores. Apesar de uma leve queda em 2020 (63,7%), as despesas com serviços essenciais aumentaram para 67,7% em 2021 e mantiveram certa estabilidade, encerrando 2023 em 68,7%. Embora abaixo dos números de Urucará, esse crescimento aponta para um reforço gradual dos investimentos públicos na região (Gráfico 2).

Já o estado do Pará manteve os menores percentuais de

alocação ao longo do período, oscilando entre 59,3% (2022) e 63% (2019). Mesmo com uma leve recuperação em 2023 (60,9%), o patamar ainda é baixo, o que pode limitar a efetividade das políticas públicas para enfrentar a pobreza. Em síntese, há uma correlação relevante entre os níveis de investimento em serviços essenciais e a redução da pobreza, especialmente visível nos esforços locais mais intensivos como os de Urucará (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Uruará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Entre 2019 e 2021, Uruará apresentou um aumento expressivo na taxa de prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, passando de cerca de 4,1% para 6,2%, indicando um agravamento nas condições de saúde materno-infantil. A Região de Integração Xingu também seguiu essa tendência, com crescimento de 6,2% para 7,9% no mesmo período. Já o estado do Pará manteve certa estabilidade até 2020 (7,6%) e apresentou crescimento gradual até 2021 (8%) (Gráfico 3).

A partir de 2022, Uruará registrou novo crescimento, atingindo 6,8% e depois se estabilizando em 7% em 2023, convergindo para os níveis observados na RI Xingu (tam-

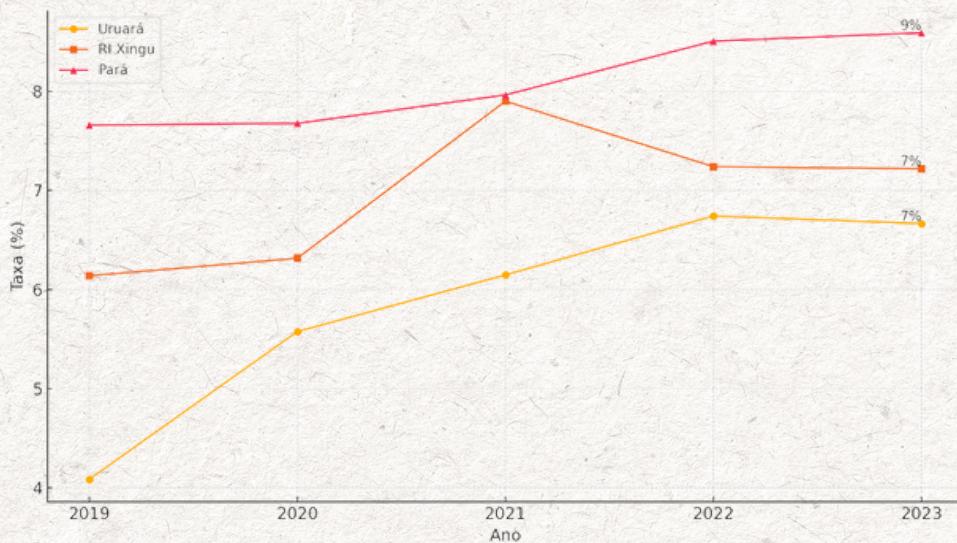
bém 7%). Essa estabilização, embora em patamar mais elevado, pode sugerir um esforço inicial de contenção, mas ainda indica desafios estruturais persistentes. Por sua vez, o estado do Pará continuou em elevação, alcançando 9% em 2023, mantendo-se com o pior desempenho entre os três recortes territoriais (Gráfico 3).

O aumento da prevalência pode estar associado a fatores como baixa cobertura de pré-natal, insegurança alimentar, ou deficiências na atenção primária à saúde. A melhora relativa de Uruará, ao manter um crescimento mais contido nos últimos dois anos, aponta para uma possível atuação lo-

cal mais eficaz ou menor impacto de fatores externos. Ainda assim, o indicador revela vulnerabilidades relevantes no contexto regional e estadual que exigem políticas públicas integradas e foco na saúde preventiva (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Uruará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

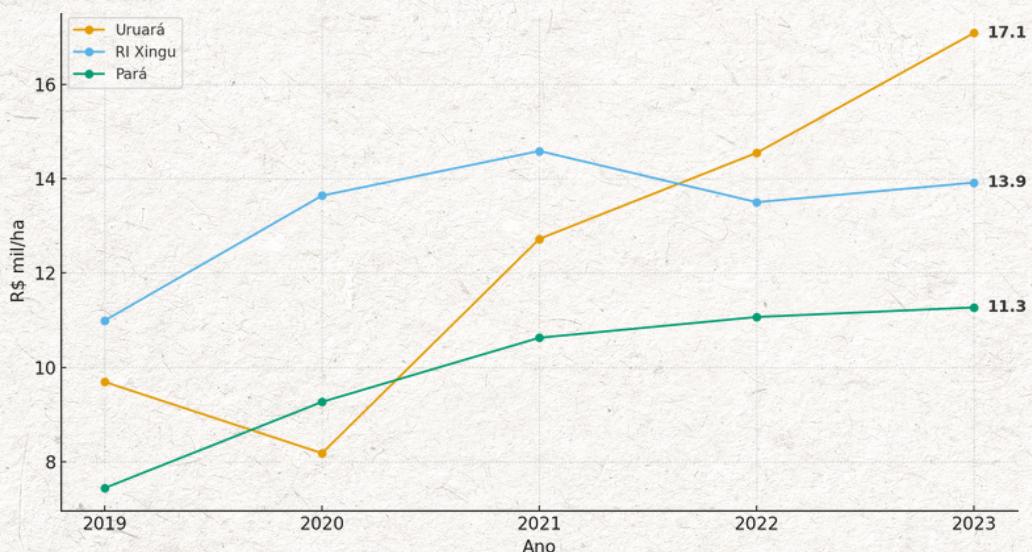


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Entre 2019 e 2023, o município de Uruará apresentou expressivo crescimento na produtividade agrícola, destacando-se dentro da RI Xingu. Em 2019, o valor era de R\$ 9,7 mil/hectare, caindo para R\$ 8,1 mil/ha em 2020, o menor ponto da série. A partir de 2021, iniciou trajetória ascendente, atingindo R\$ 12,8 mil/ha, R\$ 14,7 mil/ha em 2022 e alcançando o pico de R\$ 17,1 mil/ha em 2023. Esse aumento de quase 111% em relação a 2020 indica ganhos substanciais de eficiência produtiva e consolidação do setor agrícola municipal, possivelmente ligados à mecanização e maior diversificação de cultivos (Gráfico 4).

Na Região de Integração Xingu, o indicador cresceu de R\$ 11,0 mil/hectare em 2019 para R\$ 13,9 mil/ha em 2023, mantendo estabilidade nos dois últimos anos. Já o estado do Pará apresentou avanço contínuo, de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023. Comparativamente, Uruará superou amplamente as médias regional e estadual, consolidando-se como um dos municípios mais produtivos da região. O desempenho reforça a consolidação de um polo agrícola dinâmico, com forte capacidade de adaptação e incremento tecnológico em suas práticas de cultivo (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Uruará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 17,1 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

A evolução da taxa de mortalidade infantil em Uruará entre 2019 e 2023 foi marcada por grande oscilação. O município iniciou o período com uma taxa de 14 por mil nascidos vivos em 2019, subindo para 17 em 2020. No entanto, em 2021, houve uma queda significativa para 11, seguida de um aumento abrupto para 21,9 em 2022 – o maior valor da série e bem acima da média estadual –, antes de recuar para 16 em 2023. Esse comportamento volátil sugere instabilidades no acesso ou na qualidade dos serviços de saúde materno-infantil no município (Gráfico 5).

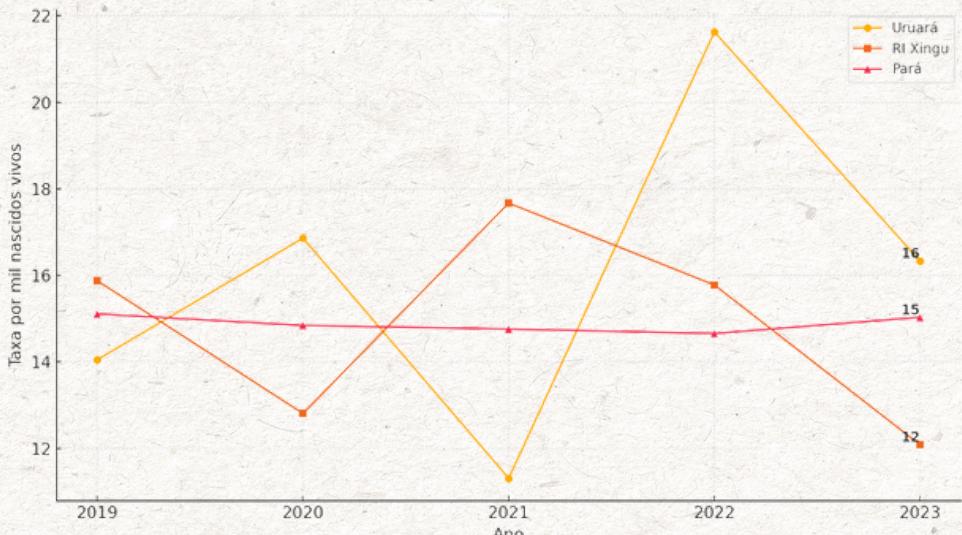
Na Região de Integração Xingu, a taxa de mortalidade infantil apresentou trajetória menos instável, embora também com variações relevantes. A série inicia em 15,9 (2019), atinge seu ponto mais baixo em 2020 (12,9), e volta a subir até 17,7 em 2021, refletindo desafios similares aos de Uruará. Posteriormente, observa-se uma leve redução, encerrando em 12 em 2023, o que representa o melhor resultado entre os três recortes territoriais nesse último ano (Gráfico 5).





O estado do Pará, por sua vez, manteve relativa estabilidade ao longo de todo o período. A taxa oscilou levemente entre 14,6 e 15 por mil nascidos vivos, o que aponta para uma capacidade maior de manter a regularidade dos serviços públicos de saúde, mesmo diante de adversidades. Essa estabilidade, no entanto, não é suficiente para mascarar as disparidades territoriais que persistem em regiões como Uruará e RI Xingu, onde a variação anual é mais intensa e sinaliza vulnerabilidades locais mais sensíveis (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Uruará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

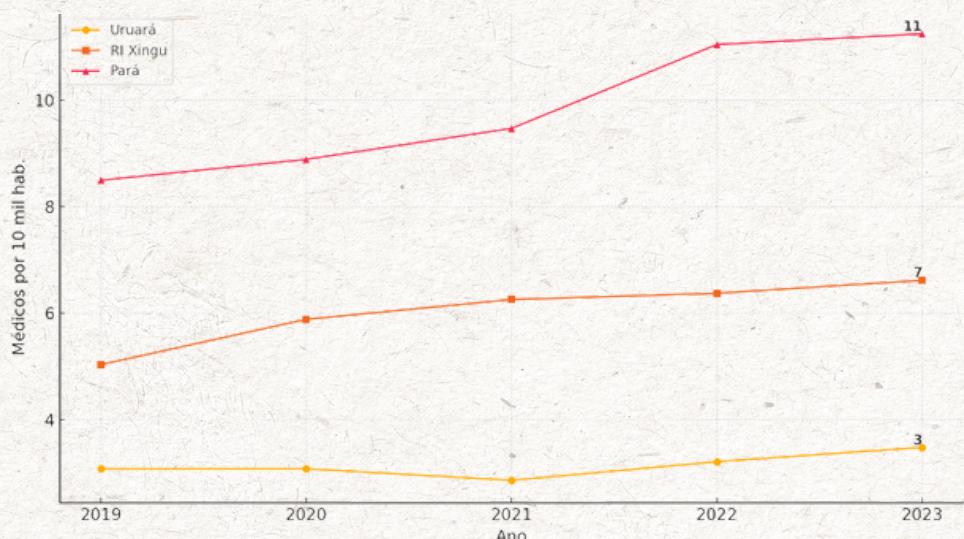
O município de Uruará apresentou números bastante baixos de médicos por 10 mil habitantes ao longo do período analisado, partindo de apenas 3 médicos em 2019 e mantendo esse patamar até 2020. Em 2021, houve uma leve queda para 2,8, seguida por recuperação gradual nos anos seguintes, encerrando 2023 com 3 médicos por 10 mil habitantes. Apesar da melhora pontual, esse número continua abaixo do recomendado pela Organização Mundial da Saúde e indica forte escassez de profissionais de saúde no município (Gráfico 6).

A Região de Integração Xingu apresentou situação intermediária, iniciando com 5,1 médicos em 2019 e chegando a 7 por 10 mil habitantes em 2023. Esse crescimento, ainda que progressivo, reflete um esforço de fortalecimento da rede de atenção básica, mas que ainda pode ser insuficiente diante da extensão territorial e da complexidade demográfica da região. A diferença entre os dados de Xingu e Uruará destaca as desigualdades internas mesmo em regiões de integração (Gráfico 6).



O estado do Pará exibiu os melhores resultados no indicador ao longo do período. A taxa partiu de 8,5 em 2019 e aumentou consistentemente até alcançar 11 médicos por 10 mil habitantes em 2023. Isso revela uma melhoria no acesso à atenção médica em nível estadual, possivelmente associada à expansão de programas federais, concursos públicos ou fortalecimento de polos urbanos. Ainda assim, a disparidade em relação aos municípios do interior, como Urucará, continua acentuada, exigindo políticas públicas de interiorização da saúde e fixação de profissionais (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

No município de Urucará, observa-se uma tendência de crescimento no número de vagas no ensino público por mil habitantes entre 2019 e 2022, passando de 270 para um pico de 304 vagas por mil habitantes. Essa elevação indica uma expansão significativa da capacidade da rede pública de ensino municipal nesse período. No entanto, em 2023 houve uma leve retração para 295 vagas, o que ainda representa um patamar elevado comparado ao início da série histórica, mas aponta possível redução de oferta ou ajuste demográfico (Gráfico 7).

Na Região de Integração do Xingu, à qual Urucará pertence, o número de vagas por mil habitantes manteve-se relati-

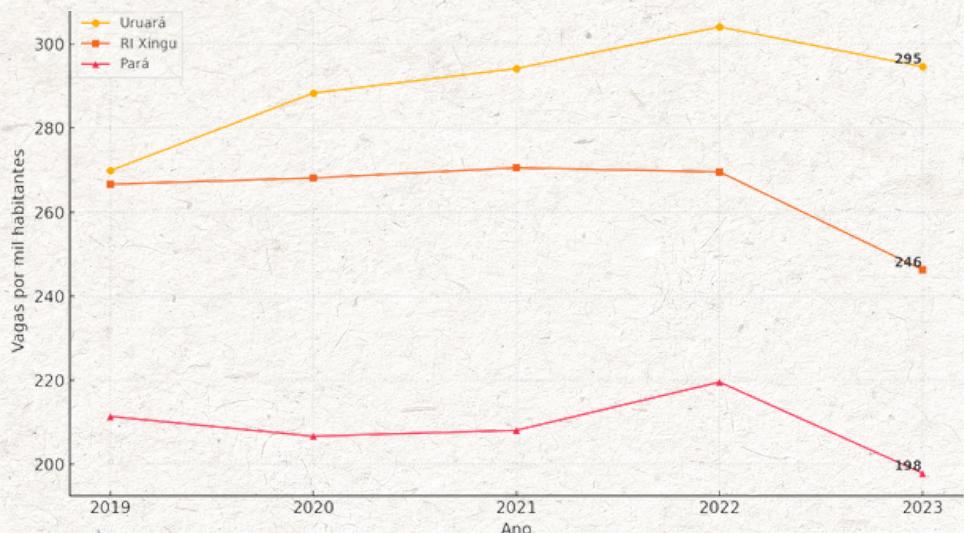
vamente estável entre 2019 e 2022, com pequena oscilação em torno de 267 a 270 vagas. Contudo, em 2023 houve uma queda expressiva para 246 vagas, rompendo a estabilidade observada nos anos anteriores. Esse declínio pode refletir ajustes em políticas públicas educacionais, variações populacionais ou redução na capacidade instalada de escolas da região (Gráfico 7).

No estado do Pará, o indicador apresentou comportamento mais modesto, com leve declínio de 211 vagas em 2019 para 198 em 2023. Embora tenha havido uma recuperação em 2022 (atingindo 219), o valor final da série revela uma perda de cobertura no período. Esse compor-



tamento aponta uma possível estagnação ou retração no ritmo de criação de vagas, o que pode estar relacionado a limitações orçamentárias ou à priorização de outras frentes educacionais, como infraestrutura e conectividade (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 295 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O município de Urucará apresentou um crescimento acen-tuado na proporção de es-co-las com acesso à internet entre 2020 e 2021, saltando de 17,7% para 49,4%. Esse avanço expressivo pode estar associado a programas de in-clusão digital impulsionados pela pandemia de COVID-19, que evidenciou a necessidade urgente de conectividade nas escolas. A progressão con-tinuou de forma mais moderada até alcançar 65,4% em 2023, demonstrando avanço im-por-tante, embora ainda com es-paço para universalização (Gráfico 8).

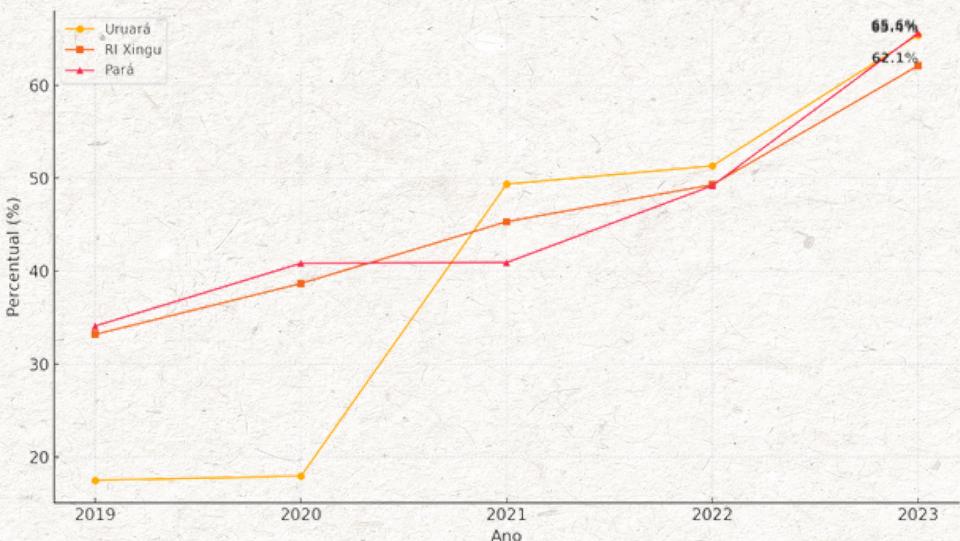
Na Região de Integração do Xingu, o indicador também seguiu trajetória de cresci-miento constante ao longo dos cinco anos analisados, partindo de 33,5% em 2019 e chegando a 62,1% em 2023. A evolução progressiva sinaliza esforços consistentes de ampliação da infraestrutura digi-tal nas unidades escolares da re-gião, acompanhand o uma ten-dência estadual de trans-formação digital no ensino público (Gráfico 8).

O estado do Pará, de modo geral, apresentou aumento gra-dual de conectividade es-co-lar, com destaque para o

salto observado entre 2022 e 2023, quando o percentual subiu de 49,2% para 65,4%. Esse avanço pode indicar a efetivação de políti-cas públicas em escala estadual volta-das à digitalização da rede edu-caional. O alinhamento dos percentuais de Urucará e do es-tado em 2023 (ambos com 65,4%) revela que o mu-nicipio tem conseguido acompanhar a média estadual nesse aspecto, o que é positivo em termos de equidade terri-torial (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Uruará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



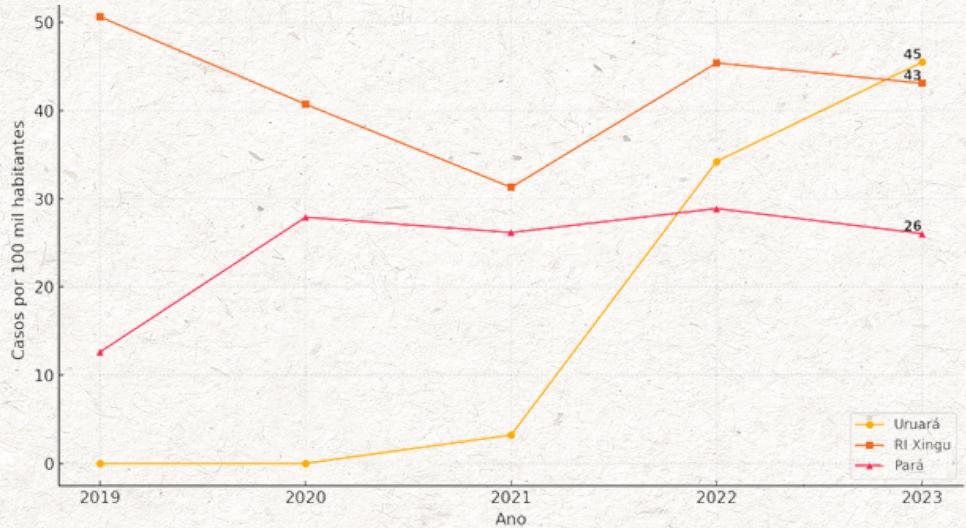
Em Uruará, o indicador de violência contra a mulher por parceiros apresentou uma elevação expressiva ao longo da série histórica. O número de casos era praticamente nulo em 2019 e 2020, começando a subir em 2021 (3,4 casos por 100 mil habitantes), com um salto significativo em 2022, atingindo 34,3, e alcançando 45 casos em 2023. Esse crescimento abrupto pode refletir tanto um aumento real da violência quanto uma maior efetividade na notificação e nos registros das ocorrências, o que requer análise mais aprofundada do contexto local (Gráfico 9).



Na Região de Integração do Xingu, observou-se inicialmente uma queda consistente no indicador entre 2019 (50,4 casos) e 2021 (31,1 casos), mas a partir de 2022 houve uma reversão da tendência, com aumento para 45,7 casos e leve queda posterior para 43,2 em 2023. Essa oscilação sugere que, apesar de avanços pontuais, a violência de gênero permanece um desafio persistente na região, demandando políticas públicas mais eficazes e de longo prazo (Gráfico 9).

No estado do Pará, o comportamento foi mais estável, embora também preocupante. O indicador cresceu de 12,6 casos em 2019 para 28,0 em 2020, mantendo-se em torno de 26 a 29 casos nos anos seguintes. O patamar relativamente elevado e estável revela que o problema é estrutural e generalizado no estado, ainda que os níveis em Urucará e no Xingu tenham superado significativamente a média estadual em 2023, destacando a urgência de medidas regionais mais intensivas (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

No município de Urucará, o percentual de mulheres em cargos gerenciais variou de forma significativa entre 2019 e 2023. Iniciando com 27,3% em 2019, subiu levemente em 2020 (28,4%), mas sofreu queda em 2021 (24,5%). A partir de então, houve uma recuperação expressiva, com o percentual atingindo 33,3% em 2022 e recuando um pouco para 31,6% em 2023. Apesar da oscilação, observa-se uma tendência de crescimento da presença feminina em posições de liderança, embora ainda distante da paridade (Gráfico 10).

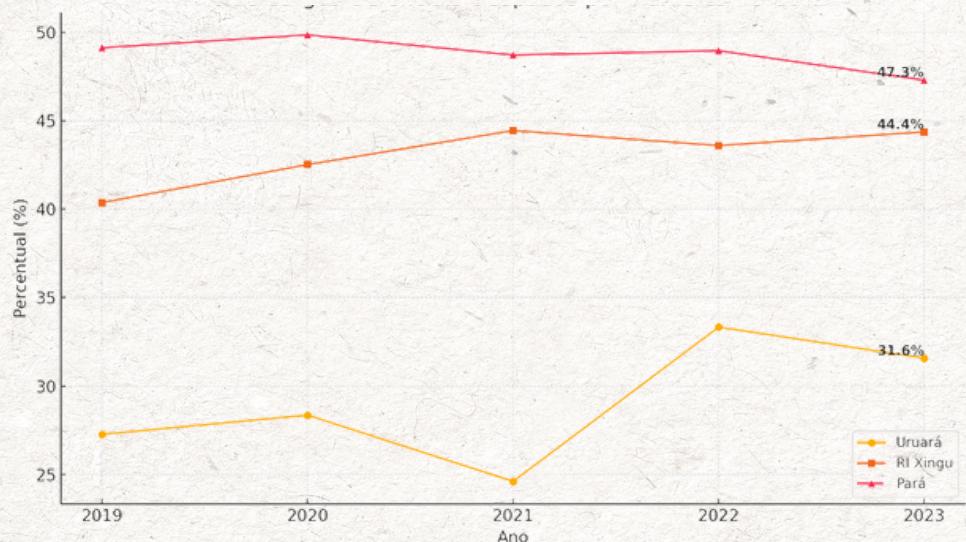




Na Região de Integração do Xingu, os números foram mais consistentes e superiores aos de Urucará. O indicador iniciou em 40,4% em 2019 e chegou a 44,4% em 2023, com uma leve flutuação ao longo do período. Essa estabilidade em níveis relativamente altos indica um ambiente mais favorável à equidade de gênero em cargos gerenciais, sendo possível que políticas públicas ou iniciativas privadas estejam surtindo efeito na região (Gráfico 10).

O estado do Pará apresentou os maiores percentuais da série, partindo de 49,1% em 2019 e mantendo-se próximo da paridade de gênero ao longo dos anos, mesmo com pequena redução em 2023 para 47,3%. A performance estadual sugere que, no agregado, o Pará tem demonstrado avanços importantes em termos de representatividade feminina em cargos de liderança, embora persistam desigualdades regionais como observado em Urucará (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

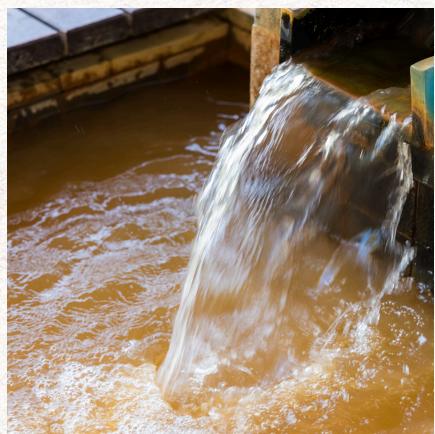
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Uruará, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto permaneceu praticamente nulo durante toda a série histórica, com um leve registro de 0,1% apenas em 2023. Esse dado revela uma grave deficiência na oferta de serviços de saneamento básico para a população mais vulnerável do município, indicando uma estagnação crítica em políticas públicas voltadas à universalização do serviço nesse segmento social. Tal cenário reflete não apenas a ausência de infraestrutura, mas também possíveis falhas na priorização de investimentos sociais no território (Gráfico 11).

Na Região de Integração do Xingu, observou-se uma evolução significativa ao longo do período. O percentual subiu de 5,3% em 2019 para 11,9% em 2023, quase dobrando em cinco anos. Os dados indicam que, embora o ponto de partida tenha sido baixo, houve esforço progressivo para ampliar o acesso da população de baixa renda à coleta de esgoto, especialmente a partir de 2021, quando os índices passaram a crescer de forma mais acelerada. Essa tendência positiva pode estar relacionada a

políticas regionais de saneamento ou à intensificação de programas federais de infraestrutura básica (Gráfico 11).

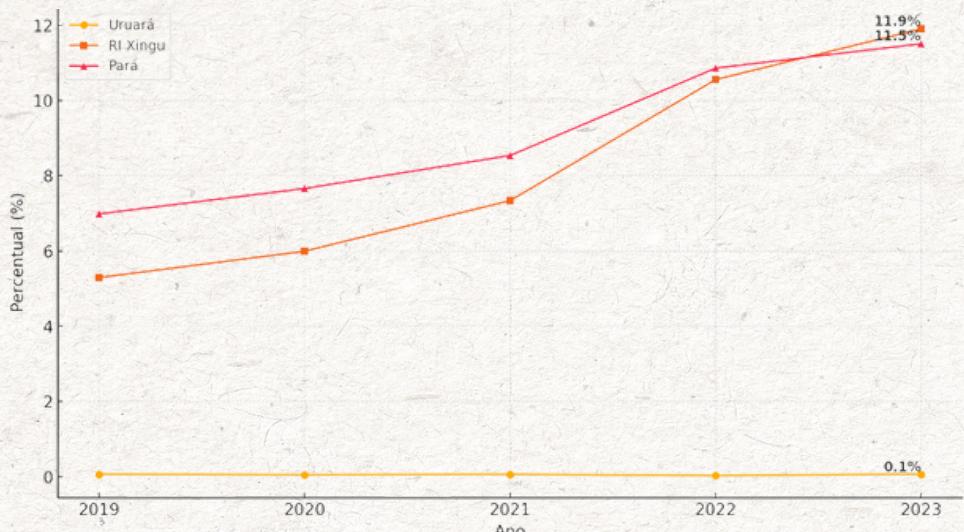
Já no estado do Pará, o indicador também evoluiu positivamente, passando de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023. O ritmo de crescimento foi relativamente constante, com aceleração perceptível entre 2021 e 2022, o que pode sinalizar a execução de obras de maior porte nesse intervalo. Apesar da melhora, o nível estadual ainda permanece bas-



tante limitado diante das necessidades históricas de saneamento na Amazônia, reforçando o desafio estrutural que o Pará enfrenta no atendimento à população mais pobre (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O município de Urucará apresentou variações moderadas nos gastos com saneamento básico por habitante ao longo do período. Em 2019, o gasto era de R\$ 51 per capita, caindo para R\$ 38 em 2021. Em seguida, houve recuperação em 2022 (R\$ 47), com nova queda em 2023, quando o valor foi de R\$ 39. Essa oscilação pode indicar instabilidade orçamentária, baixa prioridade política ou dependência de repasses externos, o que compromete a continuidade de investimentos estruturantes no setor (Gráfico 12).

Na Região de Integração do Xingu, o comportamento foi similarmente instável. O gasto partiu de R\$ 28 em 2019, caiu para apenas R\$ 20 em 2021, mas apresentou recuperação

mais robusta nos dois anos seguintes, chegando a R\$ 49 em 2023. Essa retomada recente sugere algum tipo de reforço na capacidade de investimento dos municípios da região, possivelmente por meio de parcerias ou programas específicos de fomento ao saneamento (Gráfico 12).

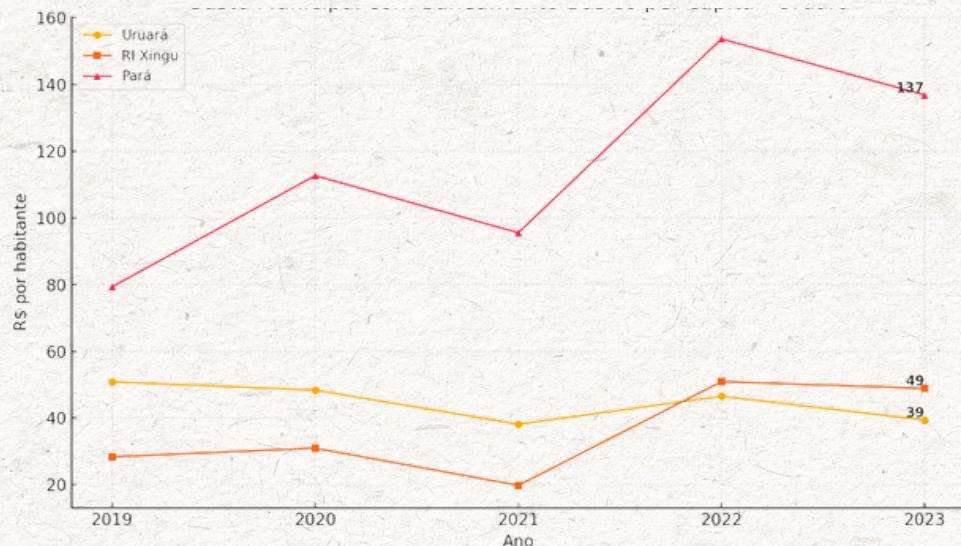
Em nível estadual, o Pará apresentou os maiores valores per capita, variando de R\$ 79 em 2019 para um pico de R\$ 153 em 2022, e recuando levemente para R\$ 137 em 2023. Essa trajetória revela um padrão mais consistente de priorização do saneamento na agenda pública estadual, ainda que os resultados no acesso efetivo à coleta de esgoto para a população de baixa renda

ainda não acompanhem totalmente os investimentos realizados. A diferença entre os valores estaduais e os locais evidencia desigualdades na capacidade de gestão e execução orçamentária entre os entes (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Uruará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 39/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



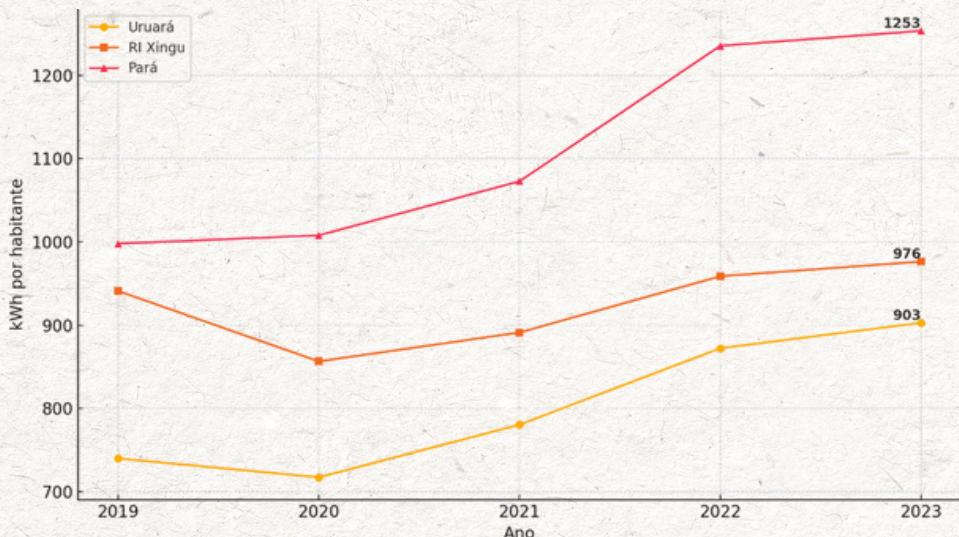
Em Uruará, o consumo de energia elétrica per capita apresentou uma tendência de crescimento ao longo da série histórica, partindo de 741 kWh/hab. em 2019 e atingindo 903 kWh/hab. em 2023. Após uma leve queda em 2020, possivelmente ligada a restrições econômicas e sociais da pandemia, o município mostrou recuperação constante nos anos seguintes, o que pode estar associado à expansão do acesso à eletricidade, crescimento populacional ou maior uso de equipamentos eletroeletrônicos pela população (Gráfico 13).



A Região de Integração do Xingu apresentou comportamento semelhante, com uma queda inicial de consumo entre 2019 (941 kWh/hab.) e 2020 (861 kWh/hab.), seguida de uma retomada que levou o indicador a 976 kWh/hab. em 2023. Apesar da recuperação, o crescimento regional foi mais lento em comparação ao estadual, indicando que, embora haja avanços, o ritmo da modernização do consumo energético ainda encontra limitações (Gráfico 13).

No estado do Pará, o crescimento foi mais expressivo e consistente, passando de 997 kWh/hab. em 2019 para 1253 kWh/hab. em 2023. O salto mais acentuado ocorreu entre 2021 e 2022, o que pode estar relacionado a políticas de eletrificação rural, investimentos em infraestrutura energética ou aumento da atividade econômica. Esse crescimento mais acelerado reforça o contraste entre os níveis estadual e municipal/regional, sinalizando desigualdades no acesso pleno à energia elétrica (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 903 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Urucará, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizam fontes fósseis de iluminação apresentou uma redução constante ao longo do período. Em 2019, o índice era de 7,4% e caiu para 5,6% em 2023, demonstrando um avanço na substituição de fontes precárias de energia por alternativas mais modernas, como a conexão à rede elétrica. A redução mais acentuada ocorreu entre 2021 e 2022, sinalizando possível impacto de políticas públicas voltadas à inclusão energética (Gráfico 14).



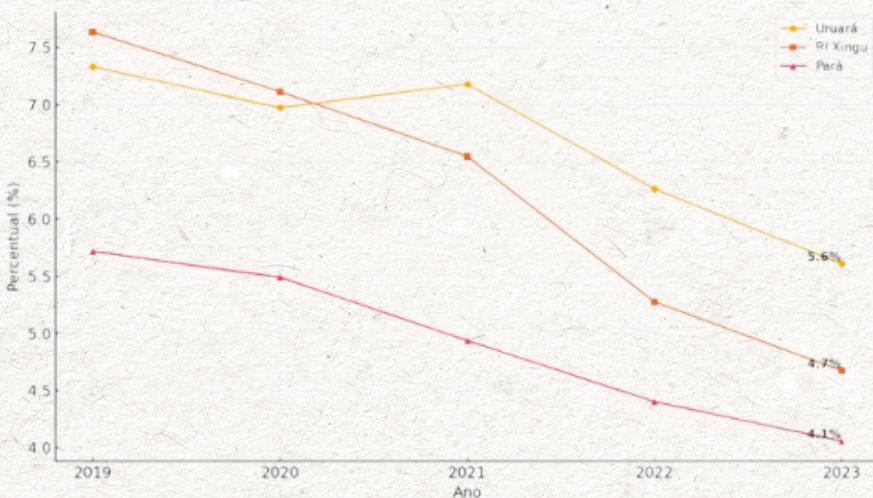
A Região de Integração do Xingu também apresentou forte queda nesse indicador, partindo de 7,6% em 2019 e recuando para 4,7% em 2023. A tendência decrescente foi linear e consistente, indicando que há uma diminuição gradativa da dependência de fontes fósseis, provavelmente por meio de ampliação da rede de distribuição de energia ou incentivos à regularização do fornecimento de eletricidade em áreas vulneráveis (Gráfico 14).

No estado do Pará, o percen-

tual também caiu progressivamente, embora com valores iniciais mais baixos: de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023. Isso mostra que, apesar do ponto de partida mais favorável, o estado ainda precisa atuar para eliminar completamente o uso de iluminação fóssil em domicílios de baixa renda. O comportamento semelhante entre os três níveis territoriais aponta uma tendência positiva de avanço na universalização do acesso à energia limpa, mas ainda com desafios regionais (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Uruará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Entre 2019 e 2023, o município de Uruará apresentou variações significativas no número de empregos formais por mil habitantes. Em 2019, o indicador era de aproximadamente 63 empregos por mil habitantes, mas caiu acentuadamente para 49 em 2020, possivelmente refletindo os impactos econômicos da pandemia. A partir de 2021, observa-se uma trajetória de recuperação, com destaque para o salto em 2022, quando o município atingiu 82 empregos por mil habitantes. No entanto, em 2023, o índice voltou a cair para 72, sugerindo uma oscilação no dinamismo do mercado formal local, que pode estar atrelada à sazonalidade ou a fatores estruturais da economia municipal (Gráfico 15).

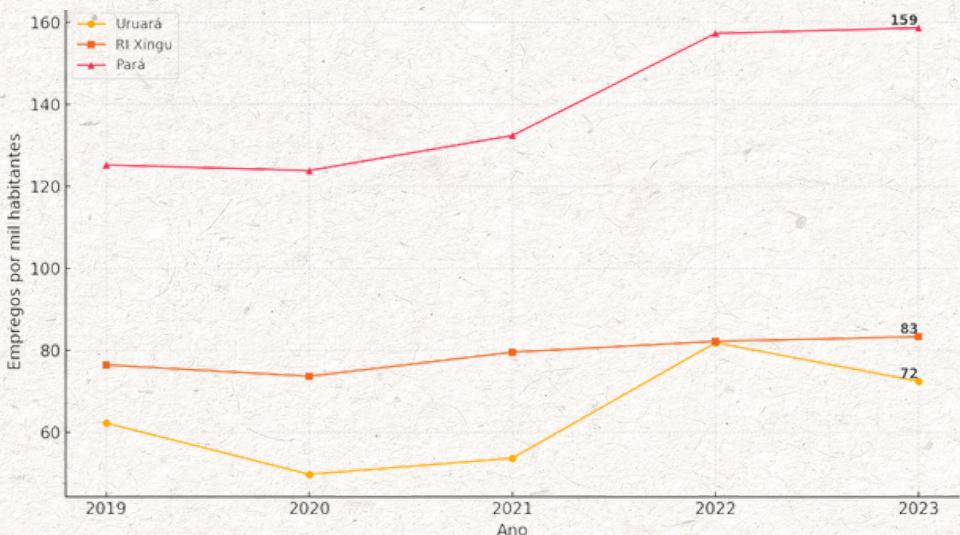
Empregos Formais por Mil Habitantes

Na Região de Integração do Xingu, o indicador apresentou maior estabilidade. A variação foi moderada, iniciando em 76 empregos por mil habitantes em 2019 e encerrando 2023 com 83. A queda em 2020 foi pequena em comparação ao município, e a recuperação ocorreu de forma gradual. Esse comportamento sugere que a RI Xingu possui uma estrutura econômica mais diversificada ou resiliente do que Uruará, permitindo maior estabilidade no emprego formal mesmo diante de crises. O crescimento ao longo do período indica uma leve tendência de fortalecimento da formalização na região (Gráfico 15).

No estado do Pará, o número de empregos formais por mil habitantes foi consistentemente superior aos demais recortes territoriais e exibiu uma trajetória clara de crescimento. O indicador



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Ururá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

passou de 126 em 2019 para 159 em 2023, com destaque para o salto ocorrido entre 2021 e 2022. Essa aceleração pode estar relacionada à retomada econômica pós-pandemia, aos investimentos públicos ou privados em setores estratégicos e à ampliação da formalização do trabalho. O desempenho do estado evidencia uma tendência mais robusta de expansão do emprego formal em comparação ao município e à região de integração, destacando disparidades territoriais que podem demandar políticas de desenvolvimento local mais direcionadas (Gráfico 15).

O município de Ururá apresentou crescimento contínuo no seu PIB per capita entre 2018 e 2022, passando de aproximadamente R\$ 12.000 para R\$ 19.301. Esse avanço demonstra uma evolução econômica local consistente, com destaque para o salto observado entre 2019 e 2020, período em que o valor cresceu em ritmo mais acelerado. Ainda assim, o município permanece com um PIB per capita significativamente inferior ao da Região de Integração do Xingu

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 72 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



e ao do estado do Pará, evidenciando desigualdades socioeconômicas entre os territórios (Gráfico 16).

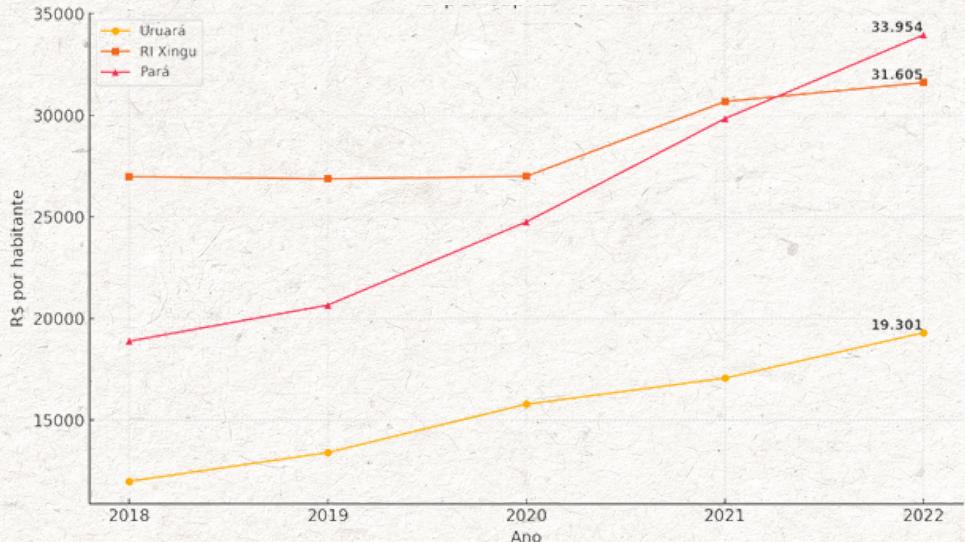
A Região de Integração do Xingu manteve valores de PIB per capita estáveis entre 2018

e 2020, com crescimento mais expressivo a partir de 2021. O indicador passou de cerca de R\$ 27.000 para R\$ 31.605 em 2022. Esse desempenho reflete uma recuperação ou intensificação das atividades econômicas da região, possivelmente puxada por setores como agronegócio e indústria de transformação, característicos da RI. A estabilidade inicial seguida de crescimento sugere resiliência econômica com potencial de expansão regional (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, Urucará x RI Xingu x Pará (2018-2022)

No estado do Pará, o PIB per capita cresceu de maneira acentuada ao longo do período, saltando de aproximadamente R\$ 19.000 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. O avanço mais significativo ocorreu entre 2020 e 2021, quando o estado ultrapassou a média da RI Xingu. Essa virada pode estar associada ao desempenho de setores extrativistas e industriais em escala estadual, refletindo uma mudança estrutural na composição do PIB paraense. O resultado coloca o Pará em posição de destaque no cenário regional, com forte impulso econômico recente (Gráfico 16).



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 19.301/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Uraré, o valor adicionado da indústria como percentual do PIB manteve-se bastante baixo e estável, oscilando levemente de 5,2% em 2018 para 4,4% em 2022. Essa baixa participação indica que o setor industrial tem peso reduzido na estrutura econômica do município, possivelmente refletindo uma economia mais dependente da agropecuária, comércio ou serviços públicos. A ausência de crescimento no indicador também aponta para uma estagnação da atividade industrial local ao longo do período (Gráfico 17).

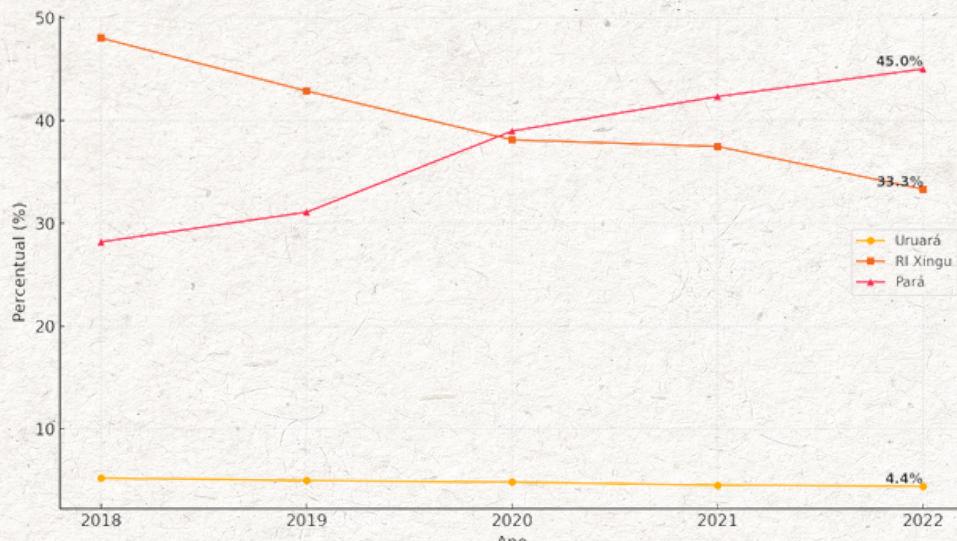
A Região de Integração do Xingu, por sua vez, apresentou uma trajetória de queda acentuada. Em 2018, a indústria representava 47,9% do PIB regional, e esse valor foi reduzido para 33,3% em 2022. Embora o percentual ainda seja elevado em termos comparativos, a tendência de queda constante sugere uma possível perda de protagonismo do setor industrial na economia regional ou mudanças na estrutura produtiva, com crescimento relativo de outros setores como agropecuária ou serviço (Gráfico 17).

No estado do Pará, ao contrário, o valor adicionado da indústria apresentou crescimento expressivo, passando de 28,3% em 2018 para 45,0% em 2022. Esse avanço reflete o fortalecimento do setor industrial na economia estadual, possivelmente impulsionado pela mineração, siderurgia e indústria de base florestal. A ascensão do indicador coloca a indústria como principal componente da geração de riqueza no estado, o que contrasta com a realidade de Uraré e indica concentração industrial em polos específicos do território paraense (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Urucará x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Urucará apresentou baixos níveis de profissionais da ciência por 100 mil habitantes, com o indicador oscilando entre 3 e 5 ao longo do período. Houve uma queda inicial de 4,6 em 2019 para 3,1 em 2020 e 2021, seguida de uma leve recuperação em 2022, atingindo 5,0, valor que se manteve praticamente estável em 2023. Esses números revelam uma presença limitada de profis-



sionais científicos na estrutura produtiva e institucional local, o que pode refletir tanto uma carência de políticas públicas de ciência e tecnologia no município quanto a baixa atratividade da região para esses profissionais (Gráfico 18).

Na Região de Integração do Xingu, o comportamento foi mais dinâmico, embora também marcado por instabilidade

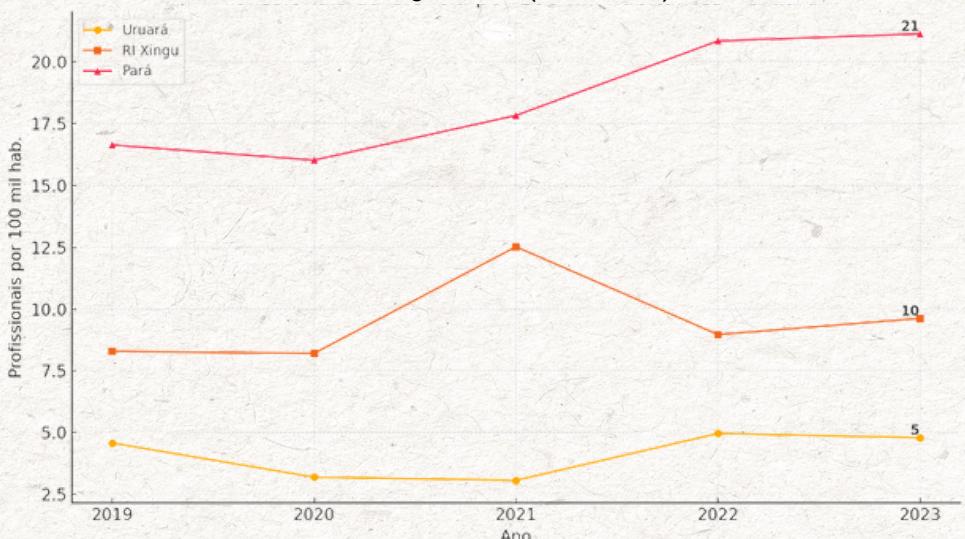
O número de profissionais por 100 mil habitantes era de 8,2 em 2019, manteve-se estável em 2020, saltou para 12,4 em 2021 e depois caiu para 9,0 em 2022, fechando 2023 em 10,0. Esse cenário demonstra um esforço regional de fortalecimento da presença científica, especialmente em 2021, mas ainda sujeito a flutuações, possivelmente por variações nos vínculos empregatícios, investimentos pontuais ou mudanças em programas de incentivo à pesquisa e inovação (Gráfico 18).

No estado do Pará, o indicador mostrou tendência de crescimento contínuo e consistente, partindo de 16,7 profissionais por 100 mil habitantes em 2019 e chegando





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10:** Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2020, o município de Uruará apresentou uma redução expressiva na massa salarial dos vínculos formais em relação ao PIB, passando de 1,06% para 0,74%. Esse declínio pode estar associado aos efeitos econômicos adversos da pandemia de COVID-19, que impactaram a formalização do trabalho e a capacidade de remuneração das empresas locais. A partir de 2021, entretanto, observa-se uma recuperação gradual, culminando em 2022 com 1,2%, superando inclusive o patamar inicial de 2019, o que indica uma reativação da economia local com aumento da formalização e da massa salarial em relação

ao produto gerado (Gráfico 19).

Na Região de Integração Xingu, onde se insere Uruará, o comportamento do indicador foi mais contido ao longo do período analisado. A massa salarial iniciou em 0,63% do PIB em 2019, teve ligeira queda em 2020 (0,58%), e apresentou recuperação moderada, alcançando 0,8% em 2022. O ritmo de crescimento foi inferior ao verificado no município de Uruará, o que pode sugerir que o município se destacou regionalmente no processo de recuperação da formalização e do dinamismo do mercado de trabalho (Gráfico 19).

Já no estado do Pará, o indi-

cador começou em patamar mais elevado, 1,61% em 2019, e seguiu trajetória decrescente até 2021 (1,27%), voltando a crescer de forma acentuada em 2022, atingindo 1,7%. A retomada estadual foi mais intensa que nos níveis municipal e regional, o que pode estar relacionado à concentração de setores com maiores salários e maior formalização em áreas mais urbanizadas e industrializadas do estado. Ainda assim, chama atenção que Uruará se aproximou da média estadual em 2022, sinalizando uma melhoria relativa em sua estrutura econômica e no papel do emprego formal na geração de renda (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Uruará x RI Xingu x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

Entre 2019 e 2023, o município de Uruará apresentou um crescimento significativo no acesso à telefonia móvel, passando de 44 para 72 linhas por 100 habitantes, demonstrando uma tendência de expansão contínua após 2020. Esse aumento pode estar relacionado a melhorias na infraestrutura de telecomunicações, maior acessibilidade econômica à tecnologia e à crescente dependência de serviços digitais na região. A aceleração mais intensa se deu entre 2020 e 2021, quando houve um salto de aproximadamente 19 pontos (Gráfico 20).

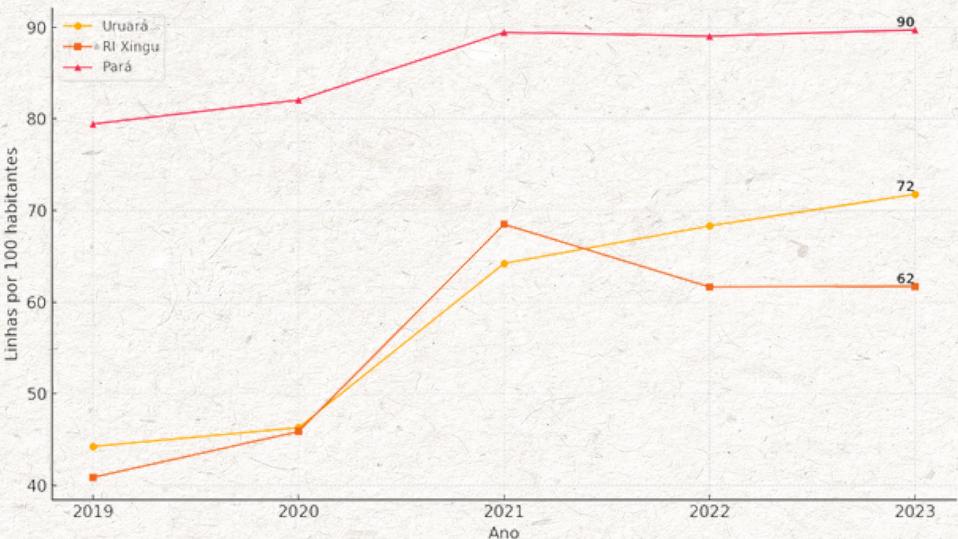
Na Região de Integração do Xingu, da qual Uruará faz parte, o crescimento também foi notável até 2021, atingindo 69 linhas por 100 habitantes, mas houve uma queda nos dois anos seguintes, estabilizando-se em 62. Esse comportamento pode refletir limitações na manutenção da infraestrutura em áreas mais amplas da RI ou uma migração para outras formas de comunicação que não se refletem diretamente nesse indicador (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Uruará x RI Xingu x Pará (2019-2023)

Já o estado do Pará apresenta os melhores resultados ao longo de toda a série, partindo de 79 linhas em 2019 e chegando a 90 em 2023, com uma evolução constante e sólida. Isso sugere que, apesar das disparidades regionais, o estado como um todo conseguiu ampliar o acesso à telefonia móvel, possivelmente concentrando investimentos em regiões metropolitanas e mais desenvolvidas, enquanto algumas áreas do interior, como a RI Xingu, ainda enfrentam desafios de cobertura e expansão (Gráfico 20).



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 72 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Uruará, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental iniciou em R\$ 30, apresentou queda até 2020 (R\$ 24), mas iniciou uma trajetória de recuperação a partir de 2021, alcançando R\$ 47 em 2023. Essa retomada pode indicar maior priorização orçamentária às políticas culturais e ambientais no período recente, após um ciclo de retração, talvez associado à pandemia. Ainda assim, o patamar permanece inferior ao das demais esferas territoriais analisadas (Gráfico 21).

A Região de Integração do

Xingu manteve uma posição de destaque nos investimentos por habitante ao longo de toda a série. Apesar de oscilações – como a queda em 2021 para R\$ 55 –, a RI demonstrou forte crescimento a partir de 2022, encerrando o período em R\$ 88. Esse avanço pode refletir políticas públicas mais robustas em consórcios regionais ou repasses estaduais direcionados a áreas de preservação ambiental e valorização cultural locais (Gráfico 21).

Por sua vez, o estado do Pará também mostra aumento re-

levante na despesa per capita, saltando de R\$ 41 em 2019 para R\$ 71 em 2023, com uma aceleração mais expressiva entre 2021 e 2022. Esse crescimento indica uma maior alocação de recursos às áreas de cultura e meio ambiente, possivelmente como parte de políticas integradas de desenvolvimento sustentável e valorização do patrimônio cultural após a crise sanitária. Ainda assim, a média estadual oculta desigualdades evidentes entre municípios como Uruará e regiões mais estruturadas (Gráfico 21).

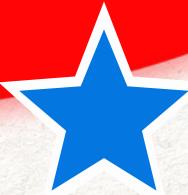
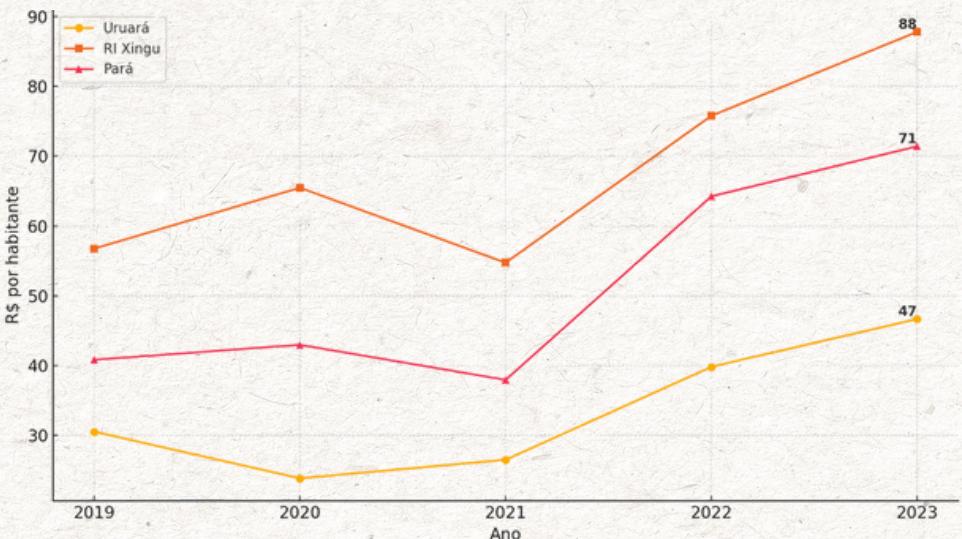


Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 47/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

O município de Urucará apresenta um percentual persistentemente elevado de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo, passando de 43,7% em 2019 para 48,4% em 2023. O crescimento foi constante até 2022, com um pequeno recuo em 2023. Esses dados revelam um problema estrutural na ausência de serviços adequados de coleta de resíduos sólidos, sobretudo nas áreas mais vulneráveis da população, o que representa risco ambiental e à saúde pública (Gráfico 22).

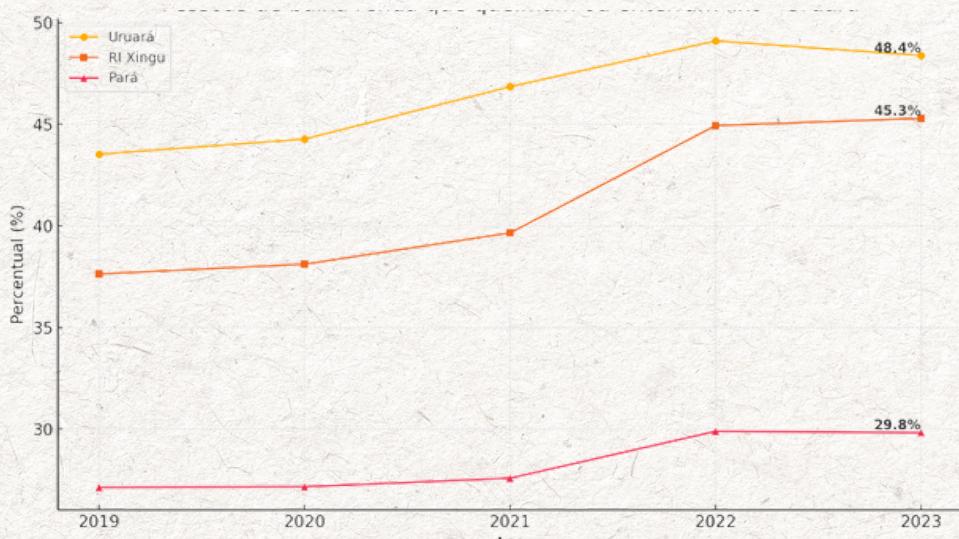
Na Região de Integração do

Xingu, o cenário é semelhante, embora os percentuais sejam ligeiramente inferiores. Houve um crescimento contínuo entre 2019 (37,6%) e 2022 (45%), mantendo-se praticamente estável em 2023 (45,3%). A evolução mostra que, embora a RI compartilhe dos mesmos desafios de infraestrutura básica, seu avanço foi mais acentuado entre 2021 e 2022, possivelmente indicando uma deterioração recente nos serviços públicos ou crescimento populacional desordenado em áreas periféricas (Gráfico 22).

O estado do Pará apresenta

os menores percentuais do indicador, variando de 27,1% em 2019 para 29,8% em 2023, com leve aumento ao longo da série. Isso revela que, em média, o estado dispõe de melhores serviços de coleta para a população de baixa renda, mas ainda enfrenta desigualdades importantes, sobretudo em regiões mais interiorizadas. O contraste entre os percentuais estaduais e os observados em Urucará e na RI Xingu evidencia a urgência de políticas públicas territoriais para universalizar o serviço de manejo de resíduos (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 48,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

No município de Uruará, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar é extremamente elevado, iniciando em 72,2% em 2019 e alcançando 77,9% em 2023, com pico de 80,4% em 2022. A trajetória ascendente revela uma dependência crônica de soluções sanitárias precárias e destaca a ausência de políticas estruturantes de saneamento básico no município, especialmente voltadas para populações vulneráveis (Gráfico 23).

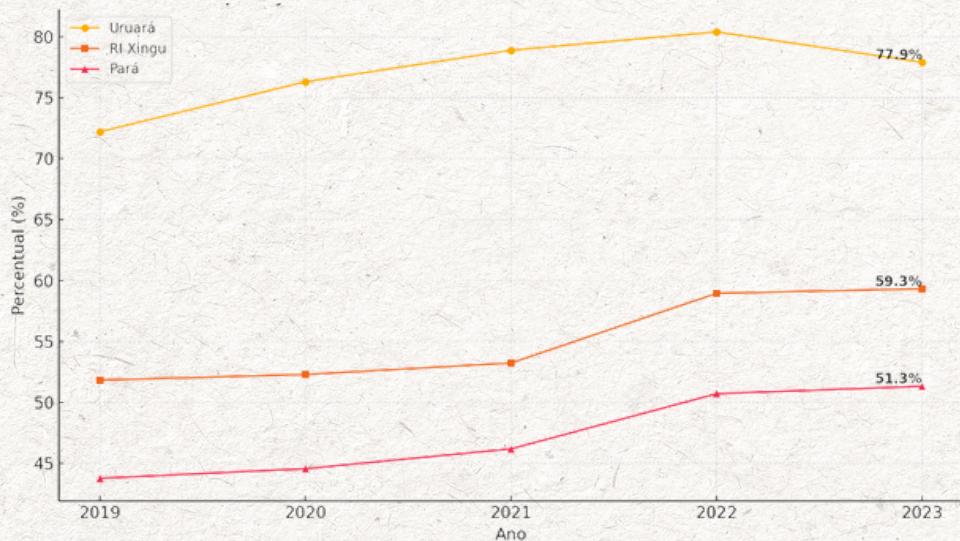
Na Região de Integração do Xingu, observa-se um padrão

semelhante, porém em níveis mais baixos. O percentual subiu de 51,9% em 2019 para 59,3% em 2023, com a maior elevação ocorrendo entre 2021 e 2022. Esse dado evidencia que grande parte da população de baixa renda da RI ainda recorre a fossas rudimentares como solução principal de esgotamento, refletindo tanto a escassez de redes públicas de saneamento quanto a dificuldade de implementação de alternativas seguras em áreas dispersas ou rurais (Gráfico 23).

Já o estado do Pará apresen-

ta percentuais mais baixos, ainda que preocupantes. Em 2019, 43,8% da população de baixa renda utilizava fossas rudimentares, e esse número subiu para 51,3% em 2023. Embora o avanço em termos percentuais seja mais moderado, o dado sinaliza que mais da metade da população pobre do estado ainda vive sem acesso a soluções sanitárias adequadas, o que compromete diretamente a saúde pública, a dignidade humana e o alcance das metas de saneamento básico previstas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Uruará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 77,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



O município de Urucará apresentou variações significativas nos gastos per capita com prevenção de desastres ao longo do período analisado. Em 2019 e 2020, os valores estavam em patamares estáveis (R\$ 391 e R\$ 407, respectivamente), mas houve forte retração em 2021, com queda para R\$ 270. No entanto, a partir de 2022, verifica-se uma inflexão positiva, atingindo R\$ 490 e, posteriormente, R\$ 575 em 2023 – o maior valor da série. Esse crescimento recente pode indicar um esforço mais robusto de preparação e resposta local frente a riscos naturais

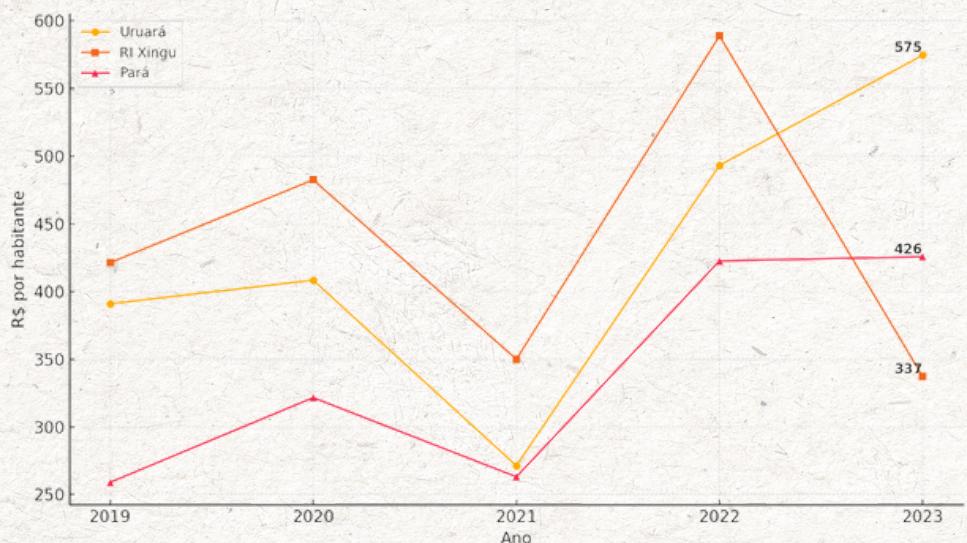
ou eventos extremos (Gráfico 24).

Na Região de Integração do Xingu, os gastos oscilaram intensamente. Após um aumento de R\$ 424 em 2019 para R\$ 483 em 2020, a RI sofreu queda acentuada em 2021 (R\$ 350), seguida por um pico expressivo em 2022, com R\$ 590. Contudo, em 2023, observou-se forte recuo para R\$ 337. Essa instabilidade pode refletir políticas públicas pontuais e reativas, ao invés de uma estratégia contínua de prevenção, revelando fragilidade no planejamento regional (Gráfico 24).



Por sua vez, o estado do Pará registrou uma trajetória mais gradual e consistente. Em 2019, os gastos foram de R\$ 257 por habitante, subindo para R\$ 426 em 2023. Apesar da queda em 2021, o estado conseguiu retomar e manter investimentos crescentes nos dois últimos anos. Isso pode demonstrar uma institucionalização mais madura das políticas estaduais voltadas à prevenção de desastres, ainda que com desigualdade territorial, dado o desempenho muito superior observado em Ururá nos anos mais recentes (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Ururá x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 575/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

O município de Urucuá apresenta um cenário alarmante em relação às despesas com preservação aquática: praticamente inexistentes em toda a série histórica. De 2019 a 2022, os valores foram zero, com uma leve marca de R\$ 1 em 2023, o que revela ausência de políticas públicas sistemáticas voltadas à conservação de rios, igarapés e demais ecossistemas hídricos locais. Esse dado é especialmente preocupante considerando o potencial hídrico da região amazônica e os impactos ambientais da degradação aquática para populações ribeirinhas e agricultura (Gráfico 25).

A Região de Integração do Xingu manteve uma tendência de crescimento gradual até 2021, saindo de R\$ 64 em 2019 para R\$ 89. Após queda em 2022, os gastos voltaram a subir expressivamente, atingindo R\$ 143 em 2023. Isso indica que, apesar de variações pontuais, a RI Xingu vem priorizando cada vez mais os investimentos em preservação aquática, possivelmente como resposta a pressões ambientais locais ou compromissos

com políticas intermunicipais (Gráfico 25).

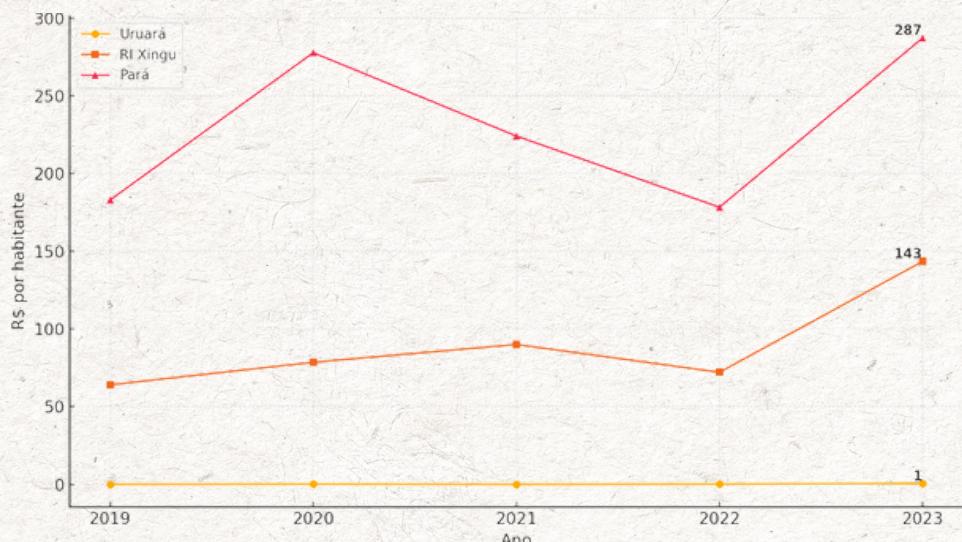
Já o estado do Pará apresentou os maiores níveis de despesa per capita com esse tipo de preservação durante todo o período, com destaque para os anos de 2020 (R\$ 279) e 2023 (R\$ 287). Apesar da oscilação em 2021 e 2022, o patamar geral permaneceu elevado, refletindo uma preocupação institucional com a proteção dos recursos hídricos. Essa atuação estadual po-





de ser fundamental para compensar a baixa atuação de municípios como Urucará, embora o ideal seja uma articulação multiescalar para garantir impactos ambientais positivos de forma mais homogênea no território (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

O município de Uruará apresentou uma queda contínua na proporção de área coberta por floresta entre 2019 (66,3%) e 2023 (58,7%), com exceção de uma leve recuperação entre 2022 e 2023. Essa tendência de perda florestal evidencia a crescente pressão sobre os recursos naturais, provavelmente associada ao avanço de atividades como agricultura, pecuária e exploração madeireira. O recuo do percentual florestal nesse período reforça a urgência de políticas de controle ambiental e de uso sustentável do solo (Gráfico 26).

A Região de Integração do Xingu, à qual Uruará pertence, também mostrou queda na cobertura florestal até 2022, com um declínio acentuado

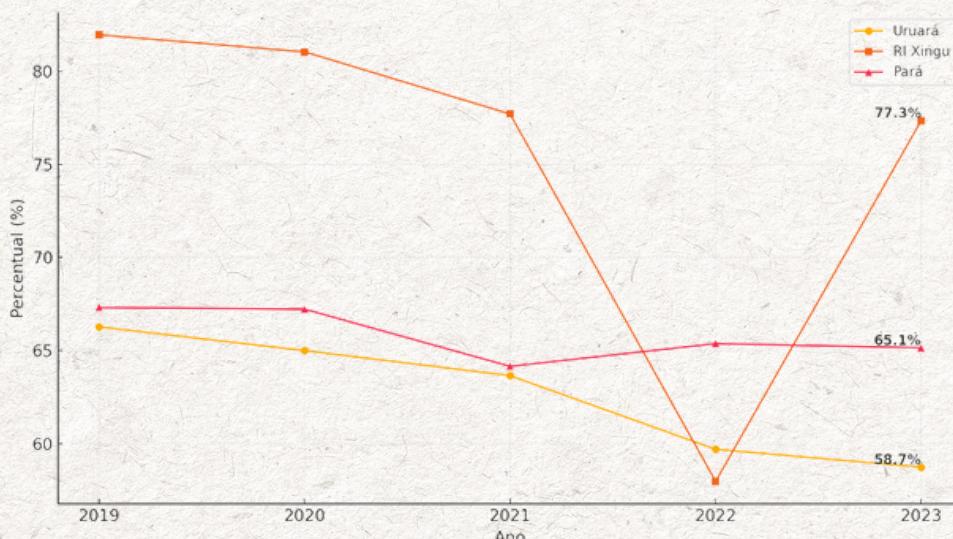
para 58,4% nesse ano. No entanto, diferentemente do município, a RI apresentou forte recuperação em 2023, atingindo 77,3% de cobertura florestal. Essa reversão brusca pode estar relacionada a mudanças metodológicas, políticas de reflorestamento ou redefinições na classificação

do uso da terra, devendo ser objeto de investigação mais detalhada (Gráfico 26).

No estado do Pará, a proporção da área florestada permaneceu mais estável durante o período, com leve oscilação entre 67,5% (2019) e 65,1% (2023). A tendência indica que, em termos agregados, o estado conseguiu manter parte significativa de sua cobertura vegetal, embora as médias ocultem perdas importantes em áreas específicas. O desempenho estadual sugere alguma eficácia das políticas de proteção ambiental, embora sua aplicação não tenha evitado perdas expressivas em regiões mais vulneráveis, como Uruará (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Uruará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 58,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O percentual de área desmatada no município de Uruará cresceu de forma consistente ao longo do período analisado, partindo de 33,9% em 2019 até atingir 38,9% em 2023. Esse crescimento contínuo reforça o cenário crítico de perda florestal já observado no indicador anterior. A expansão das áreas desmatadas, especialmente em ritmo acelerado, aponta para uma ocupação territorial intensiva e potencialmente predatória, que impacta negativamente o equilíbrio ecológico e a qualidade ambiental local (Gráfico 27).

Na Região de Integração do Xingu, o comportamento foi diferente. Até 2021, o desmatamento avançava lentamente, saindo de 13,7% para 15,1%. Contudo, em 2022, hou-

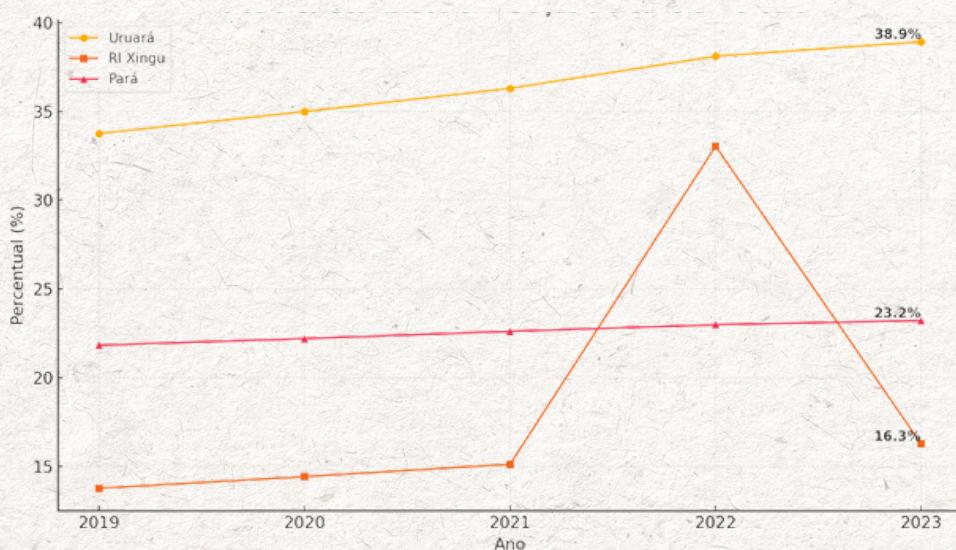
ve um salto abrupto para 33%, seguido de uma queda em 2023, recuando para 16,3%. Essa oscilação intensa pode refletir problemas de medição, ações específicas de fiscalização ou até mesmo reversões em áreas anteriormente degradadas. De qualquer modo, o pico de 2022 é um alerta sobre a vulnerabilidade da região (Gráfico 27).

O estado do Pará mostra um crescimento lento, mas contínuo no percentual de área desmatada: de 21,8% em 2019 para 23,2% em 2023. Embora os números estaduais sejam mais estáveis, o fato de mais de um quinto do território já estar desmatado exige atenção redobrada, especialmente considerando o papel da floresta amazônica para o equi-

líbrio climático. A comparação entre os três níveis territoriais evidencia que os municípios interioranos, como Uruará, concentram pressões ambientais mais severas e requerem ações prioritárias de monitoramento e controle do uso da terra (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Uruará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 38,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

O município de Urucuá apresentou uma expressiva redução dos casos de trabalho infantil por 100 mil habitantes no período analisado, passando de 11,3 em 2019 para 0 em 2022 e 2023. Após uma queda significativa entre 2019 e 2020, houve uma pequena oscilação em 2021, mas a tendência de eliminação do indicador se consolidou a partir de 2022. Esse resultado é indicativo de avanços relevantes na proteção dos direitos da infância no município, possivelmente ligados à atuação de conselhos tutelares, programas sociais e

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

campanhas educativas (Gráfico 28).

Na Região de Integração do Xingu, os dados também revelam queda sistemática do trabalho infantil, indo de 20,5 casos por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 2 em 2023. A redução foi contínua ano a ano, sugerindo que a região tem adotado medidas progressivas de combate à exploração do trabalho infantjuvenil. Embora os números ainda estejam ligeiramente acima dos de Urucuá, a tendência regional é positiva e consistente (Gráfico 28).

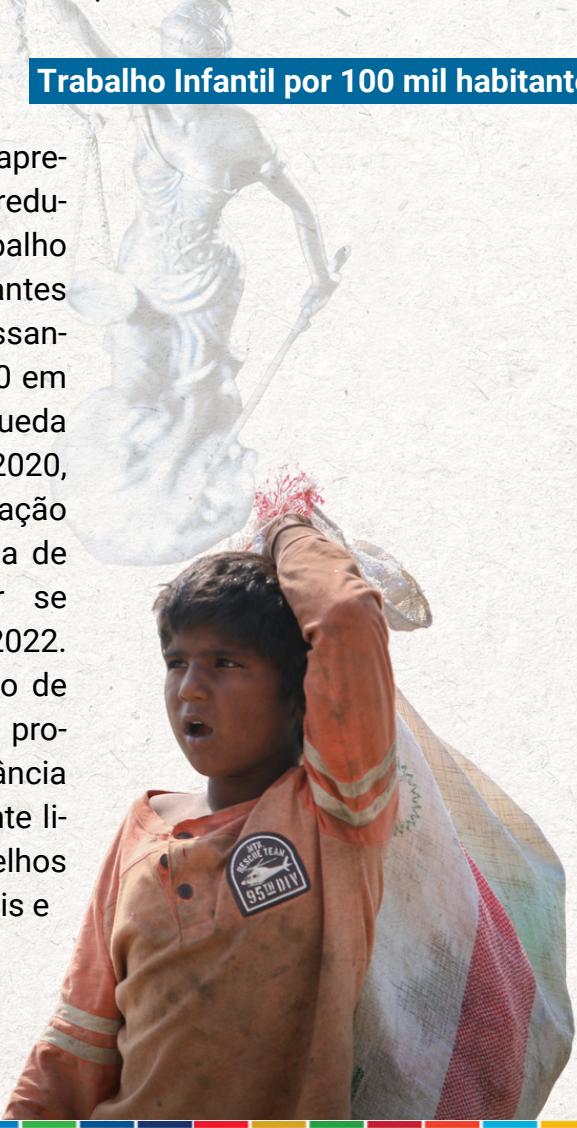
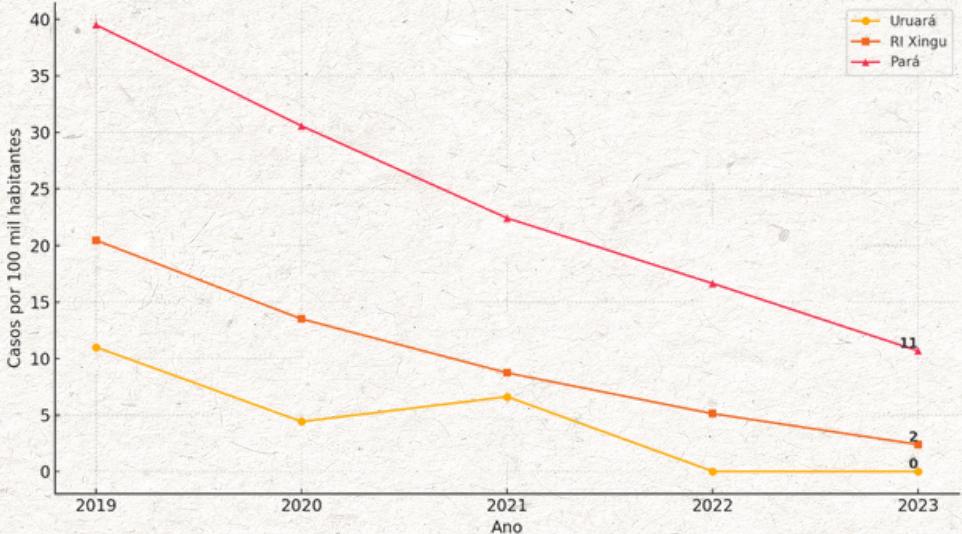




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Uruará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Uruará, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes apresentou variações significativas ao longo do período. Em 2019, registrava 52,9 homicídios, caindo ligeiramente em 2020, mas voltando a subir em 2021 e alcançando o pico de 87,1 em 2022 – o maior valor da série. Em 2023, houve redução para 71, o que ainda representa um nível muito elevado. Esse comportamento instável revela problemas estruturais de segurança pública, incluindo a presença de conflitos agrários, criminalidade organizada ou ausência de policiamento efetivo (Gráfico 29).

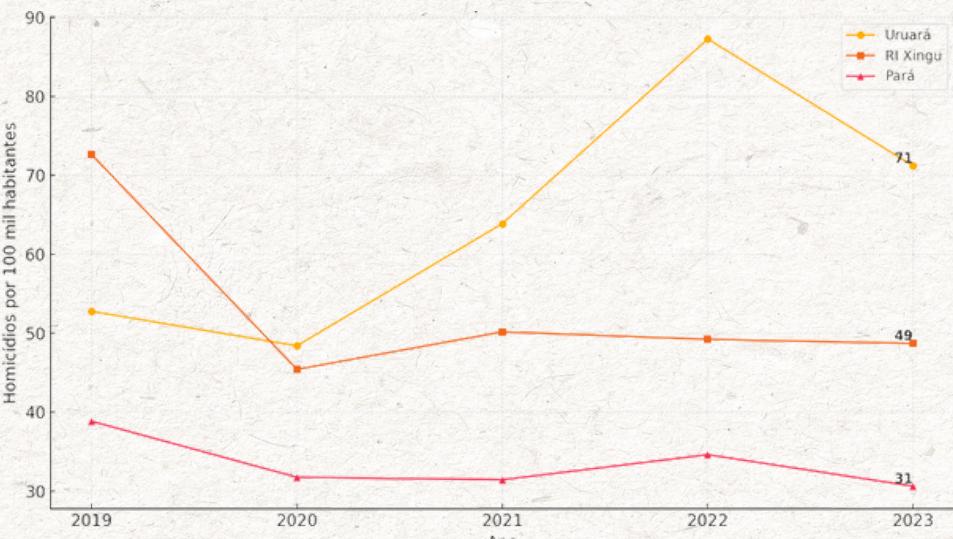
Na Região de Integração do Xingu, os dados mostram um cenário de maior estabilidade, porém em patamar alto. A taxa iniciou em 72,5 homicídios por 100 mil habitantes em 2019 e, embora tenha caído em 2020, se manteve em torno de 49 desde 2021. Isso evidencia que, mesmo sem oscilações tão abruptas quanto Uruará, a RI enfrenta níveis críticos de violência letal, o que requer medidas integradas de prevenção, repressão qualificada e inclusão social (Gráfico 29).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou uma taxa de homicídios mais baixa que Uru-

ará e a RI Xingu em todos os anos, partindo de 38,8 em 2019 e chegando a 31 em 2023. A relativa estabilidade, com ligeiras variações, indica uma contenção parcial da violência letal em nível estadual, embora persistam bolsões de criminalidade mais intensa em áreas específicas do interior. A discrepância entre os níveis municipal/regional e estadual reforça a necessidade de ações territoriais mais direcionadas, com foco especial nas zonas de maior vulnerabilidade e exclusão social (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 71 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 17: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

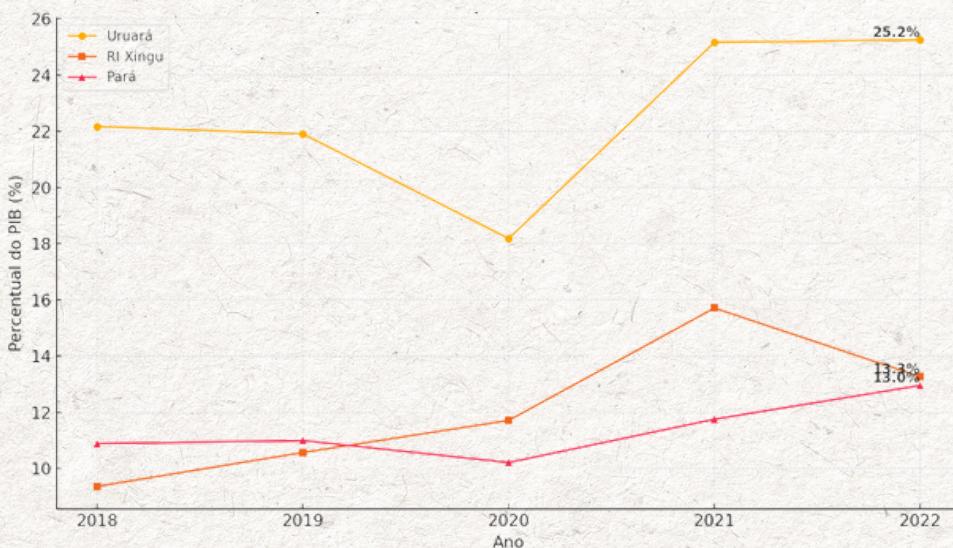
Entre 2018 e 2022, o município de Ururá apresentou um comportamento oscilante, porém em patamar elevado, no indicador de gasto público municipal como percentual do PIB. Iniciando com 22,1% em 2018, o percentual manteve-se próximo desse patamar em 2019, mas caiu para 18,2% em 2020. A partir de 2021, houve uma reversão com forte aumento, alcançando 25,2% e mantendo esse nível em 2022. Essa trajetória sugere que, apesar de oscilações, o município aloca uma parcela significativa de sua riqueza na gestão pública, o que pode refletir tanto um esforço de ampliação dos serviços públicos quanto uma limitação da base produtiva local em rela-

ção ao volume de despesas (Gráfico 30).

Na Região de Integração do Xingu, observou-se uma trajetória de crescimento gradual entre 2018 (9,3%) e 2021 (15,7%), seguido por uma queda em 2022 (13,3%). Esse movimento indica que a RI como um todo vem aumentando a presença do poder público em sua economia ao longo do período, embora sem atingir os níveis verificados em Ururá. A queda em 2022 pode ser interpretada como resultado de contenção fiscal ou de aumento do PIB regional sem crescimento proporcional das despesas públicas, revelando certo equilíbrio entre expansão dos serviços públicos e atividade econômica (Gráfico 30).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou um comportamento mais estável e progressivo. Partindo de 10,9% em 2018, o percentual caiu levemente em 2020 (10,1%), mas voltou a crescer até atingir 13,0% em 2022. A tendência estadual reflete um aumento gradual da participação do setor público municipal na economia estadual, ainda que em níveis inferiores aos de Ururá e da RI Xingu. O crescimento moderado pode indicar políticas de fortalecimento institucional e descentralização de serviços públicos em nível municipal, sem comprometer a sustentabilidade fiscal do estado (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Ururá x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

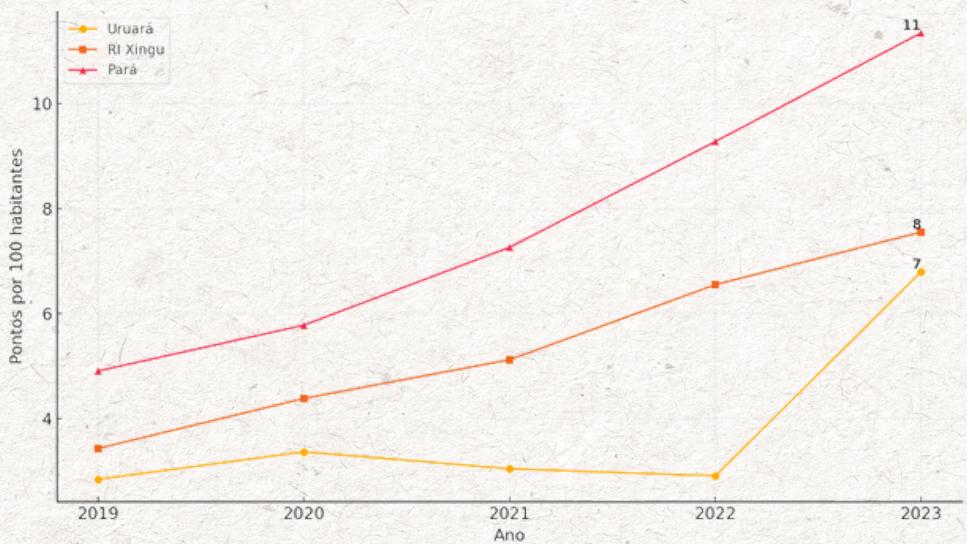
Entre 2019 e 2023, o município de Urucará apresentou uma evolução modesta, porém significativa no acesso à banda larga fixa, saindo de 2,8 pontos por 100 habitantes em 2019 para 7 em 2023. Apesar de uma ligeira queda entre 2020 e 2022, o crescimento expressivo registrado em 2023 demonstra um possível avanço nas políticas de inclusão digital e expansão de infraestrutura de conectividade, especialmente relevante em um cenário pós-pandemia, no qual o acesso à internet tornou-se ainda mais essencial para educação, trabalho e acesso a serviços públicos (Gráfico 31).

Na Região de Integração do Xingu, o avanço foi contínuo e mais estável ao longo do período analisado. O indicador passou de 3,5 para 8 pontos por 100 habitantes entre 2019 e 2023, sem apresentar retrocessos. Esse crescimento linear sugere uma ampliação gradual da cobertura e da contratação de serviços de internet banda larga fixa, refletindo políticas regionais ou esforços de mercado mais consistentes do que aqueles observados pontualmente em Urucará, onde houve certa oscilação nos anos intermediários (Gráfico 31).

No âmbito estadual, o Pará

também registrou crescimento constante e mais acelerado, com a taxa aumentando de 4,9 em 2019 para 11 pontos por 100 habitantes em 2023. Isso evidencia uma tendência de modernização da infraestrutura de conectividade no estado, ainda que os níveis permaneçam abaixo da média nacional. A disparidade entre os dados de Urucará e da média estadual reforça as desigualdades territoriais no acesso à internet, especialmente entre regiões urbanas e áreas mais interiorizadas, demandando estratégias específicas de ampliação do acesso digital com equidade (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Urucará x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

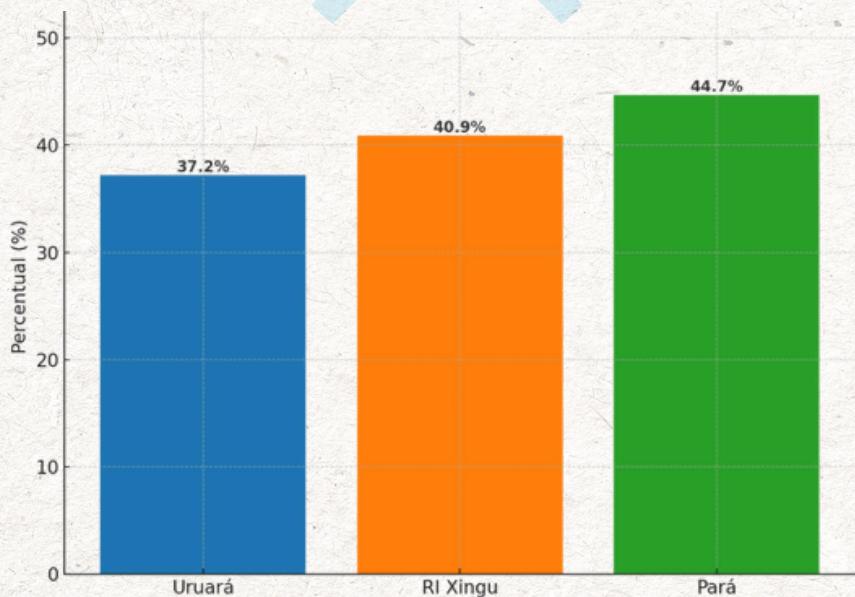
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Uruará** registrou um IDS de **37,2%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Uruará x RI Xingu x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



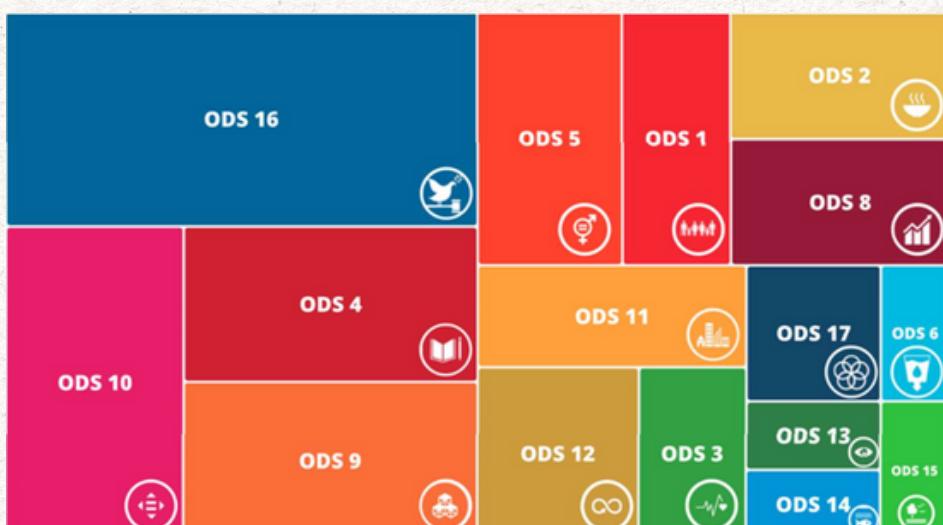
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Uruará na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Uruará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

